

maiores percentuais de imunizações do Brasil. Até o ano de 2013, o Paraná era o estado da região sul com maior cobertura de vacinação. Porém, em 2016 houve uma queda súbita na imunização do estado, com queda de 96,41% em 2015, para 55,32% em 2016, voltando a subir para 90,47% em 2017, mantendo-se elevado até 2019.

Discussão/Conclusão: O estudo mostrou que, embora o Paraná seja historicamente bem colocado nas coberturas vacinais, o estado não alcança a meta preconizada desde 2016, visto que a meta de cobertura vacinal preconizada pelo Ministério da Saúde é de 95%. Desse modo, o governo brasileiro procura maneiras de melhorias, principalmente para vacinação infantil, por conta do aumento da incidência de doenças previamente erradicadas por meio da imunização. Sendo necessário a adoção de medidas que revertam o quadro, estendendo o horário das casas de vacinas, e penalidade para negligência com crianças e/ou adolescente que não são vacinados, uma vez que é consta na Constituição Federal o direito à saúde.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101532>

EP-455

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS EM ESTUDANTES DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



Mariana Alma Rocha de Andrade, Ana Jovina Barreto Bispo, Matheus Todt Aragão, Larissa de Araujo Freire Barrêto, Bárbara Fernanda Pacheco da Costa, Catharina Garcia de Oliveira, Leonardo Santos Melo, Bruno José Santos Lima, Mateus Lenier Rezende, Elisandra de Carvalho Nascimento

Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, SE, Brasil

Introdução: Vacinas são consideradas um dos melhores investimentos em saúde pública na prevenção de doenças. Mesmo com o progresso no controle de determinadas doenças infectocontagiosas, ainda há problemas decorrentes da falta de vacinação adequada no Brasil (BORBA; VIDAL; MOREIRA, 2015), principalmente em grupos expostos a tais enfermidades, como os atuantes na área da saúde—funcionários, alunos e corpo docente.

Objetivo: Identificar a incidência das doenças imunopreveníveis em estudantes de Medicina e Enfermagem em uma universidade particular de Aracaju, bem como avaliar a adoção de procedimentos de biossegurança e quimioprofilaxia e conhecer a situação vacinal desses alunos.

Metodologia: Estudo transversal, observacional e descritivo. Os dados foram coletados na Universidade Tiradentes (UNIT), em Aracaju-SE. Incluídos estudantes matriculados nos dois últimos anos dos cursos de Medicina e Enfermagem. Aprovado pelo CEP da UNIT, sob CAAE 87603218.5.0000.5371. Os participantes assinaram o TCLE e responderam um questionário contendo informações sociodemográficas, contato com as doenças e adoecimento por doenças imunopreveníveis, procedimentos de biossegurança, quimioprofilaxia e cobertura

vacinal. O questionário foi aplicado de fevereiro a junho de 2019.

Resultados: Amostra com 113 estudantes. A exposição às doenças imunopreveníveis foi: caxumba (46,4%), varicela (44,6%), meningite (23,2%), hepatite B (22,3%), rubéola (6,3%), hepatite A (5,4%) e coqueluche (5,4%). Durante a graduação, 7 indivíduos apresentaram varicela (6,2%), 7 tiveram caxumba (6,2%) e 1 rubéola (0,9%). Na infância, relataram imunização para BCG (95,6%), tríplice viral (94,7%), tríplice bacteriana (89,4%), poliomielite (83,2%) e outras. Orientação sobre imunização durante a faculdade foi relatada por 86,7%. Adoção de procedimentos de biossegurança foi citada por 95,5% e 6,7% realizaram quimioprofilaxia quando expostos.

Discussão/Conclusão: A maior exposição foi a caxumba, varicela, meningite, hepatite B, rubéola, hepatite A e coqueluche. As doenças mais desenvolvidas foram varicela, caxumba e rubéola. Vacinas preconizadas na graduação não são realizadas por mais da metade dos estudantes. O status vacinal da infância mostrou-se contemplado. Procedimentos de biossegurança habitualmente são realizados. Quimioprofilaxia após exposição não costuma ser feita. A imunização dos atuais e futuros profissionais da saúde é uma das melhores formas de proteção, portanto, devem ser consideradas intervenções específicas de incentivo à vacinação para esse grupo.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101533>

EP-456

COBERTURA VACINAL E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO SARAMPO NO BRASIL DE 2014-2019



Mariana Souza Santos Oliveira, Ana Beatriz Rodrigues Lira, Lara Moraes Torres, Victor Oliveira Rocha, Aurea Angelica Paste

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Introdução: O sarampo é uma doença viral altamente contagiosa. A vacinação é a principal forma de prevenção à doença, sendo a meta mínima da cobertura vacinal da tríplice viral, recomendada pelo Ministério da Saúde (MS), é de 95% das crianças de 1 ano de idade. O Brasil, em 2018, perdeu o certificado de eliminação da circulação do vírus do sarampo dado pela OMS após o surto da doença, totalizando 10.274 casos confirmados.

Objetivo: Comparar a cobertura vacinal contra o sarampo e a incidência do sarampo nas regiões do Brasil entre os anos de 2014 e 2019.

Metodologia: Trata-se de um estudo ecológico em que utilizou-se dados secundários coletados em Agosto/2020 disponibilizados no TabNet Win32 3.0 do DATASUS na seção de “Assistência à saúde” e subseção “Imunizações - desde 1994”. Buscou-se analisar o percentual da cobertura vacinal da primeira e da segunda dose da vacina Tríplice Viral, nas regiões do Brasil, no período de 2014-2019. Os dados de incidência do Sarampo foram obtidos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).